

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas não auditadas	
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia e sua controlada passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 329.618 mil para a controladora e R\$ 564.082 mil para o consolidado. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia e sua controladora à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.5, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia e sua controlada em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e sua controlada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da controlada da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo contratual adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.5, 3.2 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de sua controlada, cessar suas operações ou de sua controlada, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Balances patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.873	5.954	26.550	15.807
Investimentos de curto prazo	4	-	2.147	-	7.862
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		4.102	4.047	5.635	5.652
Ativo contratual da concessão	6	45.641	38.839	65.482	56.590
Dividendos a receber		5.285	4.056	-	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		64	190	82	267
Outros ativos		4.235	4.546	5.780	6.471
		80.200	59.779	103.529	92.649
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	2.433	2.565
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		928	926	1.053	1.116
Ativo contratual da concessão	6	283.977	238.242	498.600	430.696
Outros ativos		44	47	2.845	2.027
Investimentos	7	172.349	155.381	-	-
Imobilizado		281	326	344	414
Intangível		7	7	42	38
		457.586	394.929	505.317	436.856
Total do ativo		537.786	454.708	608.846	529.505
Passivo circulante					
Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil	8	35.584	23.888	43.397	31.713
Fornecedores		508	553	5.790	3.622
Imposto de renda e contribuição social a pagar		8.945	7.450	9.421	7.664
Outros tributos a pagar		724	2.223	1.002	2.420
Dividendos a pagar		20.919	12.030	20.919	12.030
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	10	3.035	1.166	4.354	2.347
Outros passivos		5.820	4.962	8.394	9.087
		75.535	52.272	93.277	68.883
Passivo não circulante					
Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil	8	150.416	104.208	181.388	142.882
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	86.002	70.157	93.116	76.850
Provisão para contingências	11	52	52	52	52
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	10	18.884	15.911	33.156	28.730
Outros passivos		-	-	960	-
		255.354	190.328	308.672	248.514
Patrimônio líquido					
Capital social	12	42.095	42.095	42.095	42.095
Reservas de lucro	12	155.721	170.013	155.721	170.013
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	12	9.081	-	9.081	-
		206.897	212.108	206.897	212.108
Total do passivo e do patrimônio líquido		537.786	454.708	608.846	529.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	14	98.997	63.548	141.835	88.548
Custo dos serviços prestados					
Pessoal		(2.852)	(2.713)	(3.945)	(3.797)
Material e serviços de terceiros		(804)	(5.185)	(2.037)	(7.806)
Outros		(178)	(175)	(235)	(231)
Custo de implantação de infraestrutura		-	-	(14.885)	(11)
Lucro bruto		95.163	55.475	120.733	76.703
(Despesas) Receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas					
Pessoal e administradores		(1.325)	(1.255)	(1.556)	(1.484)
Material e serviços de terceiros		(332)	(310)	(481)	(504)
Depreciação e amortização		(69)	(164)	(92)	(183)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(204)	(369)	507	(431)
		(1.930)	(2.098)	(1.622)	(2.602)
Resultado de equivalência patrimonial	7	22.253	17.078	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		115.486	70.455	119.111	74.101
Receitas financeiras	15	552	1.158	940	1.786
Despesas financeiras	15	(5.943)	(8.141)	(8.430)	(11.395)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		110.095	63.472	111.621	64.492
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(10.572)	(9.126)	(11.362)	(9.975)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 e 16	(15.845)	(6.227)	(16.581)	(6.398)
Lucro líquido do exercício		83.678	48.119	83.678	48.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	83.678	48.119	83.678	48.119
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	83.678	48.119	83.678	48.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de dezembro de 2018		42.095	8.419	157.505	-	-	208.019
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	48.119	48.119
Destinação proposta à AGO:							
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos		-	-	(32.000)	-	-	(32.000)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(12.030)	(12.030)
Reserva de lucro do exercício		-	-	36.089	-	(36.089)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		42.095	8.419	161.594	-	-	212.108
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos		-	-	(67.970)	-	-	(67.970)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	83.678	83.678
Destinação proposta à AGO:							
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	9.081	(9.081)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(20.919)	(20.919)
Reserva de lucro do exercício		-	-	53.678	-	(53.678)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12	42.095	8.419	147.302	9.081	-	206.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	110.095	63.472	111.621	64.492
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	69	164	92	183
Equivalência patrimonial	(22.253)	(17.078)	-	-
Juros e variação monetária	5.792	7.991	8.214	11.146
Receita de aplicações financeiras	-	-	132	(149)
Provisões para contingências	-	52	-	41
Baixa de ativos	-	-	-	(4)
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	4.842	(1.439)	6.433	(2.249)
Outros itens	-	511	-	732
	98.545	53.673	126.492	74.192
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	(57)	50	80	17
Ativo contratual da concessão	(52.537)	(17.150)	(76.796)	(23.729)
Impostos a recuperar	172	48	(82)	(75)
Outros ativos	267	3.661	(177)	3.600
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(45)	162	2.168	350
Tributos e contribuições sociais a recolher	(1.792)	1.004	(2.097)	969
Outros passivos	815	853	216	3.689
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(8.784)	(7.060)	(8.926)	(7.636)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	36.585	35.241	40.879	51.377
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	-	(4.980)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	-	-	580
Aplicações de títulos e valores mobiliários	-	-	-	(234)
Aplicações de investimentos curto prazo	2.147	(2.147)	7.862	(7.862)
Recebimento de dividendos	4.056	-	-	-
Aplicações no imobilizado	(20)	(48)	(18)	(48)
Aplicações no intangível	(4)	(2)	(8)	(4)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	6.179	(7.177)	7.836	(7.568)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de dividendos	(80.000)	(43.014)	(80.000)	(43.014)
Debêntures empréstimos e arrendamento mercantil captados	79.303	-	79.303	-
Amortização e pagamento de juros de debêntures, empréstimos e arrendamentos	(4.396)	49.759	(6.804)	49.759
Pagamento de debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil	(22.752)	(42.802)	(30.470)	(53.562)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	(27.845)	(36.057)	(37.971)	(46.817)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	14.919	(7.993)	10.743	(3.008)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.954	13.947	15.807	18.815
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	20.873	5.954	26.550	15.807
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	14.919	(7.993)	10.743	(3.008)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE” ou “Companhia”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 8 de agosto de 2000 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Acy Aviano Varela Xavier, SN - Sala D - Lages - SC.

A ECTE e sua controlada possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão								
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
ECTE	-	088/2000	30	2030	56.825	IGPM	mar/02	Sim
ETSE (*)	100%	006/2012	30	2042	21.485	IPCA	mar/15	Não

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/ de 14/07/2020. RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 22.325 para ECTE.

Os contratos de concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ECTE e de sua controlada entendem que, ao final do prazo de concessão, os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia e sua controlada adotaram medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1 Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia--Continuação

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos. A Companhia e sua controlada mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia e sua controlada apresentam receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia e sua controlada não considera que exista risco de realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e sua controlada que pudessem requerer divulgação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis, foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 9 de março de 2021.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-- Continuação

2.2. Adoção do Ofício circular CVM 04/2020

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular 04/20 que orienta quanto às práticas contábeis introduzidas com a adoção do CPC 47 e do CPC48 a serem observados pelas Companhias transmissoras de energia elétrica. Os principais aspectos são: (i) atribuição de margens para o reconhecimento das receitas oriundas das obrigações de performance de construção e de operação e manutenção; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto do fluxo financeiro dos ativos contratuais da concessão, obtido após a atribuição das respectivas margens (iii) segregação em rubrica específica na demonstração de resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada adequaram suas práticas contábeis, revisitaram as taxas de descontos do ativo contratual, em comparação com a prática anterior, e não identificaram nenhum ajuste relevante no resultado do exercício, relativo a exercícios anteriores, advindo dos aspectos mencionados, dado que desde a adoção inicial do CPC 47, a ECTE e sua controlada já adotavam margens tanto na receita de construção quanto na receita de operação e manutenção

2.3. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da ECTE e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-- Continuação

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a ECTE e sua controlada efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-- Continuação

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da ECTE e de sua controlada avaliam o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção e O&M. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e sua controlada têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-- Continuação

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e sua controlada para precificarem o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a ECTE e sua controlada tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia e sua controlada dispõem de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-- Continuação

2.6. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da ECTE e de sua controlada em 31 de dezembro de 2020. O controle é obtido quando a ECTE estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período da empresa controlada.

A tabela a seguir demonstra o investimento societário que a ECTE detém em 31 de dezembro de 2020:

Razão Social	Tipo de investimento	% participação	
		2020	2019
ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.	Controlada	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e sua controlada são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia e sua controlada utilizam um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Reconhecimento da receita

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão--Continuação

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia e sua controlada, que varia entre de 6,61% a.a a 11% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da ECTE e sua controlada revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020, a ECTE e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a ECTE e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.7.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8. Arrendamentos

A ECTE e sua controlada avaliam, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ECTE e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.9. Tributação

3.9.1 Tributos sobre a receita

As receitas da ECTE e sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Tributação--Continuação

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da ECTE são calculados pelo regime de lucro real e da controlada ETSE são calculados pelo regime do lucro presumido.

Diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia e sua controlada adotaram a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da ECTE e sua controlada, estão descritas a seguir. A ECTE e sua controlada pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia e sua controlada ainda não concluíram a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Substituição do IFRS 4 - Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro. A entrada em vigor ocorrerá para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato. A entrada em vigor ocorrerá para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022;
- Alterações ao CPC 27IAS 16 - Ativo Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	87	52	973	92
Aplicações financeiras	20.786	8.049	25.577	23.577
	20.873	8.101	26.550	23.669
Caixa e equivalentes de caixa	20.873	5.954	26.550	15.807
Investimentos de curto prazo	-	2.147	-	7.862

Na ECTE, as aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em média, a 95,33% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (96,97% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada ETSE possui saldo de R\$2.433 (R\$2.565 em 31 de dezembro de 2019) referente à conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

6. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ECTE e da sua controlada é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação das linhas de transmissão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	260.856	464.053
Receita de operação e manutenção	36.685	43.880
Remuneração do ativo contratual da concessão	(15.860)	(4.170)
Receita de implantação de infraestrutura	47.757	55.941
(-) Parcela variável	-	(76)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(52.357)	(72.342)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	277.081	487.286
Receita de operação e manutenção	19.962	31.424
Remuneração do ativo contratual da concessão	95.429	109.811
Receita de implantação de infraestrutura	(8.795)	11.521
(-) Parcela variável	-	(51)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(54.059)	(75.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	329.618	564.082
Contas a receber da concessão – circulante	45.641	65.482
Contas a receber da concessão - não circulante	283.977	498.600
Total circulante e não circulante	329.618	564.082

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Ativo contratual da concessão--Continuação

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ECTE e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. Investimentos (Controladora)

a) Participação no resultado e patrimônio líquido

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Dados da controlada ETSE:		
Total do ativo	248.694	234.234
Total do passivo	76.345	78.853
Patrimônio líquido	172.349	155.381
Receita líquida	42.838	25.000
Lucro líquido	22.253	17.078
Quantidade de ações	96.055.500	96.055.500
Participação da ECTE:		
Quantidade de ações no capital social	96.055.499	96.055.500
	100,00%	100,00%
No resultado	22.253	17.078
No patrimônio líquido	172.349	155.381

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Investimentos (Controladora)--Continuação

b) Movimentação dos investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	<u>ETSE</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>137.379</u>
Adição (Aumento de capital)	4.980
Resultado de equivalência patrimonial	17.078
Dividendos declarados	(4.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>155.381</u>
Resultado de equivalência patrimonial	22.253
Dividendos declarados	(5.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>172.349</u>

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil

	Controladora				Consolidado				
	2020		2019		2020		2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
Encargos	Principal	Principal			Encargos	Principal	Principal		
BNDES - Subcrédito A	-	-	-	-	88	3.242	22.426	25.756	29.003
BNDES - Subcrédito B	-	-	-	-	20	4.438	8.507	12.965	17.408
Debêntures 3ª emissão	-	-	-	2.007	-	-	-	-	2.007
Debêntures 4ª emissão	13	30.949	23.254	54.216	13	30.949	23.254	54.216	74.861
Debêntures 5ª emissão	476	(46)	49.865	50.295	476	(46)	49.865	50.295	51.022
CCB	308	3.822	77.193	81.323	308	3.822	77.193	81.323	-
Arrendamento mercantil	-	62	104	166	-	87	143	230	294
	797	34.787	150.416	186.000	905	42.492	181.388	224.785	174.595

Individualmente e no consolidado, o saldo de principal da dívida de curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 4ª emissão de debêntures o montante é de R\$86 e R\$21, respectivamente, enquanto que na 5ª emissão de debêntures, o saldo é de R\$46 e R\$135, respectivamente

A tabela a seguir apresenta as condições contratadas dos empréstimos, financiamentos e debêntures da ECTE e sua controlada:

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa a.a.		Periodicidade da amortização	
			Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos		
BNDES - Subcrédito A	ETSE (*)	dez/13	nov/28	39.159	TJLP	2,02%	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B	ETSE (*)	dez/13	nov/23	39.254	-	3,50%	Mensal	Mensal
Debêntures 3ª emissão	ECTE	mai/15	fev/20	70.000	CDI	2,15%	Mensal	Mensal
Debêntures 4ª emissão	ECTE (**)	ago/17	set/22	75.000	107,75% do CDI		Mensal	Mensal
Debêntures 5ª emissão	ECTE (**)	jul/19	jul/24	50.000	108,60% do CDI		No vencimento	Semestral
CCB	ECTE	jul/20	jul/25	80.000	2,90% + CDI		Mensal	Mensal

(*) O contrato da controlada ETSE com o BNDES exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). Dentre essas cláusulas restritivas destaca-se o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,30, ao longo de todo o prazo de amortização.

(**) As cláusulas restritivas das debêntures simples da ECTE estão relacionadas ao limite da dívida líquida que, em 31 de dezembro de 2020, atualizadas pelo IGP-M R\$281.333 e R\$281.326 para a 4ª e 5ª emissão de debêntures, respectivamente. O custo de captação é amortizado pelo prazo das debêntures.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil-- Continuação

O custo de captação é amortizado pelo método dos juros efetivos e se encerra no prazo de vencimento das debêntures.

Os vencimentos anuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures do não circulante são como segue:

	Não circulante	
	Controladora	Consolidado
2021	33.071	40.951
2022	7.835	15.379
2023	60.537	64.010
2024	48.973	52.433
2025	-	3.459
Após 2025	-	5.156
	150.416	181.388

A movimentação do saldo é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	113.089	167.090
Ingresso de dívidas	50.003	50.106
Juros e variação monetária	7.806	10.961
Amortização do principal e dos juros	(42.802)	(53.562)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	128.096	174.595
Ingresso de dívidas (líquido dos custo de transação)	79.303	79.303
Juros e variação monetária	5.749	8.161
Amortização do principal e dos juros	(27.148)	(37.274)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	186.000	224.785

A Administração da ECTE e sua controlada mantêm o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2020, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) – interpretação contratos de concessão, OCPC 05 – orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) – arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora			Consolidado			
	2018	Reconhecido no resultado	2019	2018	Reconhecido no resultado	Reclassificação	2019
Ativo fiscal diferido							
Prejuízo fiscal e base negativa Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	-	(2)	(2)	-	(3)	-	(3)
Subtotal	(5.325)	453	(4.872)	(5.325)	453	-	(4.872)
Passivo fiscal diferido							
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	69.255	5.776	75.031	75.567	5.948	-	81.515
Outros itens	-	-	-	88	-	122	210
Subtotal	69.255	5.776	75.031	75.655	5.948	122	81.725
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	63.930	6.227	70.157	70.330	6.398	122	76.850

	Controladora			Consolidado			
	2019	Reconhecido no resultado	2020	2019	Reconhecido no resultado	Reclassificação	2020
Ativo fiscal diferido							
Prejuízo fiscal e base negativa Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(2)	(7)	(9)	(3)	(8)	-	(11)
Subtotal	(4.872)	453	(4.419)	(4.872)	453	-	(4.419)
Passivo fiscal diferido							
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	75.031	15.399	90.430	81.515	16.136	-	97.651
Outros itens	-	-	-	210	-	(315)	(105)
Subtotal	75.031	15.399	90.430	81.725	16.136	(315)	97.546
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	70.157	15.845	86.002	76.850	16.581	(315)	93.116

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS e COFINS diferidos	12.030	8.733	20.588	16.417
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	8.570	7.231	14.666	12.705
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	1.319	1.113	2.256	1.955
	21.919	17.077	37.510	31.077
Passivo circulante	3.035	1.166	4.354	2.347
Passivo não circulante	18.884	15.911	33.156	28.730
	21.919	17.077	37.510	31.077

11. Provisões para demandas judiciais

Perda provável:

Na controladora e no consolidado, o montante de R\$52 refere-se a uma causa trabalhista nos exercícios de 2020 e 2019.

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificadas como "possível" tem valor estimado de R\$203 na controladora e no consolidado referente a dois processos de natureza trabalhista (em 31 de dezembro de 2019, na controladora e no consolidado, não havia processos classificados como "possível").

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$42.095, representado por 42.095.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Controladora		
	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
Ordinárias	Votante	Total	
Alupar Investimento S.A.	21.056.862	50,022%	50,022%
Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC	13.001.027	30,885%	30,885%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	8.037.111	19,093%	19,093%
	42.095.000	100,000%	100,00%

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Patrimônio líquido--Continuação

12.1. Reservas de lucro

12.1.1. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Este limite foi atingido em 2010. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 8.419 (R\$ 8.419 em 31 de dezembro de 2019).

12.1.2. Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação gerado pela adoção do CPC47 ocorrerá em exercícios futuros. Em atendimento ao disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia deliberará futuramente sobre a destinação da conta de "Reservas de retenções de lucros". O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 147.302 (R\$ 161.594 em 31 de dezembro de 2019).

12.1.3. Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da ECTE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	Controladora	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	83.679	48.119
Constituição da reserva legal (*)	-	-
Base de cálculo de dividendos	83.679	48.119
Dividendos intermediários	-	(12.030)
Dividendos mínimos obrigatórios	(20.920)	-
Dividendos adicionais propostos	(9.081)	-
Reserva de lucro retidos	(53.678)	(36.089)
Saldo de lucros acumulados	-	-

(*) A Companhia atingiu o limite de 20% de capital social. Por este motivo, não foi constituída a reserva legal nos exercícios de 2020 e 2019.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$319 em 31 de dezembro de 2020 (R\$383 em 31 de dezembro de 2019), sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2020, a ECTE não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

14. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional bruta	106.596	68.582	152.756	95.651
(-) Parcela variável	-	-	(51)	(76)
Deduções da receita operacional	(7.599)	(5.034)	(10.870)	(7.027)
PIS	(693)	(446)	(993)	(621)
COFINS	(3.200)	(2.058)	(4.583)	(2.868)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.771)	(1.782)	(3.970)	(2.484)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(509)	(474)	(714)	(672)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(426)	(274)	(610)	(382)
Receita operacional líquida	98.997	63.548	141.835	88.548

15. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras	552	1.158	940	1.786
Receita de aplicações financeiras	518	994	900	1.598
Juros ativos	9	23	11	30
Outras receitas financeiras	25	141	29	158
Despesas financeiras	(5.943)	(8.141)	(8.430)	(11.395)
Encargos sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos	(5.749)	(7.806)	(8.161)	(10.961)
Variação monetária	(43)	(197)	(53)	(229)
Outras despesas financeiras	(151)	(138)	(216)	(205)
Resultado financeiro líquido	(5.391)	(6.983)	(7.490)	(9.609)

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	110.096	63.472
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	37.433	21.581
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	14.508	13.709
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014	(18.145)	(16.626)
Equivalência patrimonial	(7.567)	(5.806)
Despesas e provisões indedutíveis	39	(468)
Adoção CPC 47 - IN 1753/2017	(14.965)	(2.874)
Outras	(24)	3
	11.280	9.519
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	15.846	5.773
Lei Rouanet / Esporte / FIA	(255)	(225)
(-) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(453)	453
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(167)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	26.417	15.353
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.572)	(9.126)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.845)	(6.227)
Taxa Efetiva	23,99%	24,19%

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a ECTE e sua controlada não tinham contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

- Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado
- Equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber da concessão é classificado como pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A ECTE e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ECTE e sua controlada classificam os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como nível I.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ECTE e da sua controlada podem ser assim identificados:

- *Risco de crédito* - a ECTE e sua controlada mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica há aproximadamente 991 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ECTE e sua controlada mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- *Risco de preço* - a receita da ECTE é, nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M e a receita da sua controlada ETSE é nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA;
- *Risco de taxas de juros* - a atualização dos contratos de debêntures da ECTE está vinculada à variação do CDI e os contratos de financiamento da ETSE estão vinculados à TJLP;
- *Risco de liquidez* - a principal fonte de caixa da ECTE e sua controlada é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da ECTE e da sua controlada não consideram relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

18. Benefícios a empregados

A ECTE e sua controlada, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.